

RESOLUÇÃO Nº. 016/2024.

Dispõe sobre os Procedimentos concessão de suprimento de Fundo da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM.

O Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, e;

Considerando a resolução 01/2007, que Aprova o "Guia para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública", estabelece prazos e dá outras providências,

Considerando a Instrução Normativa **SCI nº. 001/2012 – VERSÃO 001/2012,** que dispõe sobre a elaboração de instruções normativas (normas das normas) para do Sistema de Controle Interno da Associação Mato grossense dos Municípios – AMM.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Instrução Normativa do Sistema Financeiro – que dispõe sobre os Procedimentos concessão de suprimento de Fundo da Associação Mato grossense dos Municípios - AMM

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigência na data de sua publicação.

Publique-se,

Cuiabá-MT, 04 de março de 2024

Associação Mato-grossense dos Munícipios - AMM LEONARDO TADEU BORTOLIN

Presidente da AMM



INSTRUÇÃO NORMATIVA - SFI Nº 01/2024 - VERSÃO 01/2024

ASSUNTO: Normas de Procedimentos do Departamento de Financeiro da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM.

ÓRGÃO CENTRAL/UNIDADE RESPONSÁVEL: Unidade Central de Controle Interno – UCCI

SETORES ENVOLVIDOS/UNIDADE EXECUTORA: Departamento de Financeiro e todos os Órgãos internos da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM.

SISTEMA ADMINISTRATIVO: SFI - Sistema Financeiro.

I) OBJETIVOS

- 1) Que dispõe sobre os Procedimentos concessão de suprimento de Fundo. "
 E Condições para o bom funcionamento da Associação Matogrossense dos Municípios AMM para que não venha ocorrer irregularidades e ilegalidades à Unidade competente, envolvendo as Gerencias e Coordenadores de todas as áreas da administração Direta e Indireta, conforme planejamento e metodologia de trabalho, objetivando aferir a observância aos procedimentos de controle de forma padronizada e, se for o caso, aprimorá-los.
- Aperfeiçoar os procedimentos do Sistema Financeiro, da Associação Matogrossense dos Municípios AMM; disciplinando normas de Procedimentos do dia a dia dos setores envolvidos, objetivando organizar e estabelecer atividades mínimas a serem observadas;
- Considerando o relevante interesse em otimizar seus sistemas integrados de gestão e controle, a normativa que se apresenta vem recomendar procedimentos para o Sistema Financeiro da Associação Matogrossense dos Municípios - AMM;
- 4) Realizar controle preventivo, possibilitando a realização de todos os procedimentos necessários ao cumprimento da legislação de Sistema Financeiro, contribuindo para que não se cometam falhas e ilegalidades.
- 5) Otimizar os procedimentos administrativos da **Associação Mato-grossense dos Municípios AMM**; disciplinando normas gerais para o Sistema Financeiro, objetivando organizar e estabelecer atividades mínimas a serem observadas
- 6) DOS CONCEITOS
- 1) **BDMF:** Boletins Diários de Movimentação Financeira.



II) BASE LEGAL E REGULAMENTAR

- 1) Constituição Federal nos art. 5º no inciso LV; art. 31, art. 37, em seus incisos II, III, IV, VIII, XVI; art. 39, 40, §13 e art. 70 ao 74;
- 2) Constituição do Estado de Mato Grosso;
- 3) Decreto Nº 93.872, DE 23 DE Dezembro de 1986
- **4) Lei Complementar n° 269/2007**, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso e da outra providência;
- **Resolução n° 14, de 25 de setembro de 2007,** que institui o regimento do Tribunal de Contas nos termos da Lei Complementar n° 269, de 29 de janeiro de 2007 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso;
- 6) Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno SCI nº. 001/2012, que dispõe sobre a elaboração de instruções normativas (normas das normas) para o Sistema de Controle Interno da Associação Mato-grossense dos Municípios AMM;
- Regimento Interno da Associação Mato-grossense dos Municípios;
- 8) Resolução n° 005/2012, que dispõe sobre os mecanismos para funcionamento do Sistema de Controle Interno da Associação Matogrossense dos Municípios AMM e revoga a resolução n° 002/2010 e a resolução 03/2012;
- 9) Resolução n° 006/2012, aprova a Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno SCI nº. 001/2012 VERSÃO 001/2012, que dispõe sobre a elaboração de instruções normativas (normas das normas) para do Sistema de Controle Interno da Associação Mato-grossense dos Municípios AMM e revoga a INSTRUÇÃO NOMATIVA SCI N° 001/2010, aprovada no dia 12 de maio de 2012.

III) DAS RESPONSABILIDADES

- 1) Da unidade responsável pela instrução normativa:
 - Entende-se por Unidade responsável por esta Instrução Normativa o SFI (suprimento de Fundo), na qual, é o Órgão Central do Sistema Administrativo referente ao Financeiro da Associação Mato-grossense dos Municípios AMM, conforme disposto no ANEXO I da resolução 005/2012, ou seja, o seu representante (Gestor).
- **1.1)** Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendoa a atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação:
 - a) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão;



- b) Distribuição, controle, orientação e coordenação dos serviços do Sistema Financeiro (suprimento de Fundo);
- c) Assumir responsabilidade pelo fornecimento de informações a Unidade Centrar de Controle Interno:
- 7) Determinar e chefiar as atividades do Sistema Financeiro (suprimento de Fundo), entre outras atividades afins;
 - **d)** Encaminhar as informações a Unidade Centrar de Controle Interno quando solicitado;
 - e) Planejar, orientar e assegurar as atividades de rotinas do Sistema Financeiro (suprimento de Fundo);
 - f) Coordenar os trabalhos do Sistema Financeiro de forma eficiente, propondo e implantando melhorias, com definições de políticas de desenvolvimento de pessoal na administração direta e indireta da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM;
 - g) Prestar informações a Controladoria Geral de Controle Interno sempre que solicitado.
 - h) Coordenar os trabalhos do Departamento de Financeiro (suprimento de Fundo) de forma eficiente, propondo e implantando melhorias, com definições de políticas de desenvolvimento de pessoal na Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM.
- 2) Das Unidades Executoras
- **2.1)** Entende se por Unidades Executoras dessa Instrução Normativa a Unidade do **SFI (Sistema financeiro)**, juntamente com os Gerentes e Coordenadores vinculados na qual, terá as seguintes atribuições, entre outras que se fizerem necessárias nos termos legais:
 - Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualizações;
 - Alertar a unidade responsável (gerência) pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
 - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os Gerente e coordenadores da unidade e da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, velando pelo fiel cumprimento da mesma;
 - d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;



- e) Informar por escrito, ao Presidente imediato, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração a legislação vigente;
- f) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
- g) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.
- 3) Da Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno
- 3.1) Entende-se por Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno a controladoria Geral de Controle Interno da Associação Matogrossense dos Municípios AMM, tendo as seguintes atribuições entre outras, que se fizerem necessárias dentro dos termos legais:
 - a) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
 - Através da atividade interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao SFI (Sistema Financeiro), propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles;
 - c) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
 - d) Informar por escrito, o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescritos na legislação vigente;
 - e) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

IV) DOS PROCEDIMENTOS

1) Pagamentos:

- a) O Servidor solicita o suprimento de fundos, via formulário padrão, ao chefe imediato:::
- **b)** O chefe imediato verificada se o solicitante atende aos dispositivos do , quanto ao objeto da aplicação e se o potencial suprido está em conformidade para receber a concessão.



- **c)** Se estiver conforme a legislação, o chefe imediato encaminha o formulário padrão ao chefe do órgão ou secretário da pasta para análise.
- **d)** Caso não atenda aos requisitos legais estabelecidos, tem o seu pedido negado;
- e) O Ordenador de Despesas analisará a solicitação e só deverá conceder o suprimento em atendimento aos dispositivos legais.
- Se deferida a solicitação, é o formulário padrão encaminhado pelo Ordenador de Despesas à Coordenadoria de Administrativa Financeira – CAF para verificar a disponibilidade orçamentária e financeira dentro da cota da secretária ou órgão.
- Caso não haja orçamento, a CAF juntamente com a Coordenador de Planejamento e Orçamento – CPO - poderão remanejar despesas já liberadas, com o objetivo de atender a demanda;
- **h)** Se houver disponibilidade orçamentária e financeira, a CAF solicita que a Setor de Compras e Licitações GCL emita a Nota de Reserva.
- i) A Coordenador Administrativo Financeiro da Associação Mato-grossense dos Município - CAF realiza o pagamento ao portador, mediante depósito na conta corrente do mesmo.
- Após a realização da despesa, que deve ser feita em até 15 dias da liberação dos recursos, o portador deverá prestar contas à CAF, apresentando a(s) nota(s) fiscal (is) ou recibo(s) do(s) gasto(s) realizado(s) em até 15 dias Quando não aplicado os recursos, há a devolução dos mesmos;
- **k)** A CAF analisará a documentação apresentada:
- Se conforme legislação ela emitirá Termo de Regularidade dos gastos que será submetida ao Ordenador de Despesas para aprovação em 10 dias úteis da aplicação.
- **m)** Caso faltem documentos a CAF solicitará a apresentação dos mesmos ao portador do suprimento;
- n) Se aprovada a prestação de contas pelo Ordenador de Despesas, a CAF remeterá o processo para Controladoria e Contabilidade da Associação Mato-grossense dos Município para análise e parecer;
- A Controladoria e Contabilidade da Associação Mato-grossense dos Município analisará o processo;
- P) Se contiver problemas sanáveis, a Controladoria e Contabilidade da Associação Mato-grossense dos Município remeterá o mesmo de volta à Gestor e Coordenadores ou órgão de origem para que procedam as devidas correções;



- **q)** A Contabilidade realiza a baixa do processo de Suprimento de Fundos e o remete a secretaria de origem;
- r) A secretaria de origem arquiva o processo de Suprimento de Fundos;

2) DA ABRANGÊNCIA

- a) O adiantamento de numerário a Gerentes e Coordenadores da Associação dos Munícipios, somente ocorrerá no caso das despesas:
- **b)** Custas judiciais e emolumentos;
- De pequeno valor e de pronto pagamento; (pedágio e estacionamento, serviços de comunicação, telefonia e correios, serviços cartorários, aquisição de obras judiciais e contábeis de interesse dos serviços públicos municipais, exceto gastos com chicletes, balas, picolés, bombons e derivados)
- **d)** Extraordinários e urgentes;
- **e)** Transporte em geral;
- **f)** Combustível, quando o agente da Associação Mato-grossense utilizar veículo próprio;

3) Na especificação das rotinas:

- A juízo do ordenador da despesa, mediante justificativa do responsável pelo adiantamento, formulada no decorrer do prazo inicialmente concedido, admitir-se-á prorrogação deste, observado o limite estabelecido no parágrafo anterior.;
- **b)** A aplicação do adiantamento não poderá divergir das finalidades constantes da respectiva requisição.;
- c) A importância concedida a título de adiantamento será efetuado diretamente ao responsável por meio de cheque nominativo ou ordem de pagamento.;
- d) O adiantamento destinar-se-á somente ao pagamento de serviço ou fornecimento realizado a partir da data do seu recebimento ou do crédito, até a data final do prazo fixado para sua aplicação;
- e) Os pagamentos feitos em dia anterior ou posterior ao prazo de aplicação do adiantamento serão glosados e lançados à responsabilidade do servidor e/ou agente político.;
- f) Procedimentos para a emissão do Boletim Diário de Movimentação Financeira e sua remessa para o Departamento de Contabilidade, com a especificação dos documentos a serem anexados;



- g) O adiantamento deve ser escriturado como despesa efetiva na dotação própria e lançado, concomitantemente, à responsabilidade do titular do adiantamento, em conta de compensação.;
- h) O prazo para apresentar prestação de contas do adiantamento de viagem é de 05 (cinco) dias contados da realização da despesa, ou do retorno a **Associação Mato-grossense dos Município AM**.;
- O saldo de adiantamento deve ser recolhido através de GD Guia de Depósito, juntamente com as importâncias arrecadadas, a crédito da mesma conta em que foi debitada no momento da sua concessão.
- j) Nos documentos comprobatórios de despesas será obrigatoriamente aposto, sob pena de glosa do respectivo valor, o atestado de que o material foi recebido ou de que o serviço foi prestado
- k) Não serão aceitos documentos rasurados e ilegíveis
- I) A restituição do saldo de adiantamento será contabilizada
- **m)** Como anulação de despesa, quando ocorrer no mesmo exercício financeiro:
- **n)** Como indenização, quando ocorrer após o exercício financeiro.
- **4) DAS RESTRIÇÕES**: É vedado realizar, pelo regime de adiantamento, despesas.
 - a) Com a aquisição de equipamentos que, por sua característica ou natureza, exijam o registro na Seção de Material e Patrimônio;
 - b) Com serviços de terceiros e com aquisição de materiais que possam ser atendidos mediante contrato formal:
 - c) Com a aquisição de materiais idênticos ou similares aos existentes e disponíveis no CAF para uso no mesmo local;
 - d) Com o pagamento de multas de infração de trânsito, as quais serão suportadas pelo servidor e /ou agente político responsável;
 - e) Os comprovantes que não se revestirem dos requisitos legais e os pagamentos efetuados em desacordo com a finalidade a que se destinou o adiantamento serão glosados;
 - f) Na hipótese de glosa parcial ou total, considerar-se-á em alcance o servidor e/ ou agente político, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade.



- g) Da decisão do dirigente do órgão ou entidade, que ordenar a glosa cabe ao servidor e/ou agente político, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, recurso, administrativo ao Ordenador de Despesas.
- h) Esgotado o prazo sem que o servidor e/ou agente político tenha recolhido a importância glosada ou interposto o recurso, o Ordenador da Despesa o notificará no prazo de 05 (cinco) dias úteis, recolher aos cofres da Associação Mato-grossense dos Município AMM o valor atualizado da glosa.
- Quando, no processo de comprovação de adiantamento, houver glosa ou denegação do recurso administrativo, a Seção de Contabilidade só baixará a responsabilidade mediante a prova de recolhimento integral aos cofres públicos da importância glosada

5) PROCESSO ADMINISTRATIVO:

- a) O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas,
- b) O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será também objeto de infração passível de Improbidade Administrativa de acordo com a lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992.
- c) Instaurado o processo administrativo, sua conclusão se dará no prazo de 60 (Trinta) dias podendo ser prorrogado por mais 30 (Trinta) dias.
- d) O processo administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo Presidente da Associação Mato-grossense dos Município AMM, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.
- e) Os fatos apurados pela comissão serão objetos de registro claro em relatório e encaminhamento à controladoria da **Associação Matogrossense dos Município AMM**; para emissão de parecer e conhecimento ao chefe de poder correspondente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, indicação das medidas punitivas cabíveis aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores.
- f) Instaurado o processo administrativo, sua conclusão se dará no prazo de 60 (Trinta) dias podendo ser prorrogado por mais 30 (Trinta) dias.
- g) O processo administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo chefe do poder executivo, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

V) CONSIDERAÇÕES FINAIS



- A Controladoria Interna jamais poderá disponibilizar um Relatório de Auditoria a algum outro servidor que não seja o responsável pelo respectivo órgão auditado;
- Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria da Associação Mato-grossense dos Município AMM; que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional
- 3) A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei;
- 4) Aplica-se, no que couberem aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações e atos institucionais pertinentes;
- Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à UCCI da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional;
- 6) Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Cuiabá-MT, 04 de março de 2024.

Associação Mato-grossense dos Munícipios - AMM

LEONARDO TADEU BORTOLIN

Presidente da AMM

NOIDES CENIO DA SILVA Controlador Interno AMM



PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS

	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS			SOLICITAÇÃO №
NOMI A ON BO RADOR	:		CPF:	
SETOR №	ELEMENTO	DATA	VALOR DO EMPEN	ІНО
SALDO D	A TRANSFERENCIA		VALOR TRAN	NSFERIDO
Nº EMPENHO	VALOR	DATA	Nº EMPENHO	VALOR
		DAGAMENTOS		
DATA		PAGAMENTOS HISTORICO		VALOR
[] TOTAL	DOS PAGAMENTOS		SUBTOTAL A	
/ /		TR.	ANSFERIR	
	/ ACCIDIATURA		DATA / ACC	NATUDA
/ /	./ ASSINATURA	/ /	DATA/ ASSI	NATUKA
	./ ASSINATURA		DATA/ ASSI	NATURA
			<u> </u>	



AMM	NOTA I	NOTA DE DESPESAS		
	DISCRIM	IINAÇÃO DO GASTO		
VALOR LIBERADO		TOTAL GASTO		
ELEMENTO		TIPO DE DESPESA		
SALDO A DEVOLVER		/ /		
SALDO A RECEBER				
		DATA/ ASSINATURA PO	ORTADOR	
	JL	JSTIFICATIVA		
A IMPORTÂNCIA DE F	₹\$			
REFERE-SE A DESPESA	A EFETUADAS POR(NOME)			
CARGO:	LOTAÇÃO	_	SERVIÇO	
NACTIVO				
мотічо:				
DATA	ASSINATURA S	UPRIDO		



4
MIAHAI

DESPESAS COM TRANSPORTE

SOL	ICIT	ΓΔC	ÃΩ	N

IDENTIFICAÇÃO				
NOME COLABORADOR		MATRICULA		
	RECII			
RECEBI DA ASSOCIAÇÃO I	MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIO	S - AMM, A IMPORTANO	CIA DE R\$	
-		·	·	
DESERVATE A O DEDOUBLE				
REFERENTE AO PERCURSO)			
OBJETO DO SERVIÇO				
OBJETO DO SERVIÇO				
		-		
PLACA	NOME MOTORISTA	ASS. MOTORISTA		
LOCAL/ DATA/ HORA ASSINATURA SUPRIDO				
l .				